



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 046/2021-CLC/PGE

PROCESSO N.º 00006/PGE/2020.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2021-CLC/PGE.

VALIDADE: 12 (doze) meses.

HIPÓTESE PARA A ADOÇÃO DO SRP: Art. 3º, inciso I, II e III do Decreto Estadual n.º 3.182/2016;

A **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 01.002.322/0001-32, com sede na Avenida Antônio Coelho de Carvalho, n.º 396, Centro, CEP: 68.900-015 na cidade de Macapá/AP, neste ato representado por seu Procurador-Geral NARSON DE SÁ GALENO, nomeado pelo Decreto n.º 0024, publicado no DOE de 02/01/2015, inscrito no CPF sob o n.º 658.097.774-49, portador da Carteira de Identidade n.º 025.851 – AP (2ª via); ou por seu Subprocurador-Geral **THIAGO LIMA ALBUQUERQUE**, nomeado pelo Decreto n.º 0224, publicado no DOE de 14/01/2019, inscrito no CPF sob o n.º 879.347.953-00, portador da Carteira da OAB n.º 1676-B – OAB/AP ou pelo Subprocurador-Geral Adjunto **DIEGO BONILLA AGUIAR DO NASCIMENTO**, nomeado pelo Decreto n.º 0363, publicado no DOE de 25/01/2019, inscrito no CPF sob o n.º 221.086.058-00, portador da Carteira da OAB n.º 1533-B – OAB/AP, considerando a homologação da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica n.º 019/2021-CLC/PGE, em 17/05/2021, constantes nos autos do processo administrativo SIGA n.º 00006/PGE/2020, **RESOLVE:** registrar os preços da empresa indicada e qualificada na Ata de Registro de Preços n.º 046/2021 - CLC/PGE, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas especificações e quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às disposições do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, da Lei n.º 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, Lei Complementar Estadual n.º 108/2018, do Decreto Federal n.º 8.538/2015, Decreto Estadual n.º 2.648/2007, Decreto Estadual n.º 3.182/2016, Decreto Estadual n.º 3.184/2016, Decreto Estadual n.º 3.313/2016, na Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores, bem como na legislação correlata e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a formação de **Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais para Copa e Cozinha, visando atender as necessidades dos Órgãos e Entidades que integram a Administração Pública do Estado do Amapá**, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Anexo I – Termo de Referência – que integra o Edital e seus anexos, independente de transcrição.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a proceder às contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a compra pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. (Art.18 do Decreto Estadual n.º 3.182/2016 c/c o §4º do art.15 da Lei n.º 8.666/93).

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que se seguem:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



CLC/PGE
Proc.
n.º00006/PGE/2020
Fls.: ____
Rub.:

LOTE 02					
Item	Especificações	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	COPO - Material: vidro; Capacidade: 300 ml; Cor: incolor; tipo uso: água/suco/refrigerante; Apresentação: Lisa e parede fina, transparente; Prazo de validade: Indeterminado. Em caixa com 06 unidades. MARCA/FABRICANTE: CISPER	CX	397	29,00	11.513,00
02	JARRA PARA ÁGUA - Material: vidro transparente; Capacidade Mínima: 2 litros; Acompanha: tampa e aparador; Prazo de validade: Indeterminado. MARCA/FABRICANTE: WELMIX	UND	201	33,10	6.653,10
03	TAÇA - Material: vidro; Capacidade: 320 ml; Altura: 14,6 cm; Diâmetro: 8,2 cm; Cor: transparente. MARCA/FABRICANTE: CISPER	UND	593	6,83	4.050,19
04	JARRA - Material: aço inox; Formato: cilíndrico; Capacidade: 2 litros; Características adicionais: com tampa acoplada, com alça e aparador para gelo. MARCA/FABRICANTE: MIX	UND	127	52,10	6.616,70
05	CANECA - Material: polipropileno; Capacidade: 300 ml; Características adicionais: com alça. MARCA/FABRICANTE: ERCA	UND	104	2,24	232,96
06	COPO - Material: alumínio; Capacidade: 200 ml; Diâmetro: 25 cm. MARCA/FABRICANTE: BILMAR	UND	500	9,90	4.950,00
VALOR TOTAL DO LOTE			R\$34.015,95		
LOTE 03					
Item	Especificações	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	FAQUEIRO - Material: aço inox; Quantidade: 24 peças; descrição complementar: facas: 6 und, quantidade	EMB	96	66,95	6.427,20



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



CLC/PGE
Proc.
n.º00006/PGE/2020
Fls.: ____
Rub.:

	garfos: 6 und, quantidade colheres: 6 und, quantidade colheres café: 6 und. Em embalagem com as 24 unidades. MARCA/FABRICANTE: SOLATIX				
02	CONCHA DE COZINHA - Material: aço inoxidável; Comprimento aproximado: 550 mm; Área útil: 0,48 lts; Largura: 130 mm. MARCA/FABRICANTE: KE	UND	39	32,31	1.260,09
03	CONCHA DE COZINHA - Material: aço inoxidável; Comprimento aproximado: 500 mm; Área útil: 0,29 lts; Largura: 110 mm. MARCA/FABRICANTE: KE	UND	45	23,70	1.066,50
04	COLHER - Tipo: de arroz; Material: aço inoxidável; Comprimento: 410 mm; Largura: 75 mm. MARCA/FABRICANTE: IDÉIA	UND	69	10,45	721,05
05	FACA - Material lâmina: aço inox AISI 304; material cabo: polipropileno; Cor cabo: branco; Tipo: Profissional Inox Nº 08; Norma regulamentadora: Deve atender as normas técnicas de referência, relativas à fabricação de utensílios de inox. MARCA/FABRICANTE: IDÉIA	UND	41	24,04	985,64
06	FACA - Material lâmina: aço inoxidável; material cabo: polipropileno; Tamanho: 15 cm; Aplicação: desossadora. MARCA/FABRICANTE: IDÉIA	UND	10	74,57	745,70
07	FACA - Material lâmina: aço inoxidável; material cabo: polipropileno; Tamanho: 20 cm. MARCA/FABRICANTE: WELMIX	UND	25	29,98	749,50
08	PRATO - Tipo: fundo; Material: porcelana; Formato: redondo; Cor: branca; Diâmetro Mínimo: 22 cm. MARCA/FABRICANTE: OXFORD	UND	316	13,14	4.152,24
09	PRATO - Tipo: raso; Material: porcelana; Formato: redondo; Cor: branca; Diâmetro Mínimo: 22 cm. MARCA/FABRICANTE: OXFORD	UND	216	8,34	1.801,44



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



CLC/PGE
Proc.
n.º00006/PGE/2020
Fls.: ____
Rub.:

10	PRATO - Tipo: fundo; Material: vidro transparente; Formato: redondo; Diâmetro Mínimo: 22 cm. MARCA/FABRICANTE: MARINEX	UND	310	5,07	1.571,70
11	PRATO - Tipo: raso; Material: vidro transparente; Formato: redondo; Diâmetro Mínimo: 22 cm. MARCA/FABRICANTE: MARINEX	UND	160	5,82	931,20
12	FAQUEIRO - Material: aço inox; Quantidade: 54 peças; descrição complementar: 12 facas de mesa, 12 garfos de mesa, 12 colheres de mesa, 12 colheres de sobremesa, 2 conchas, 3 escumadeira, 1 colher grande; Características adicionais: cabos de polipropileno. Em conjunto com as 54 peças. MARCA/FABRICANTE: PASSARELA	CONJ.	29	251,70	7.299,30
13	COLHER - Tipo: sopa; Material: aço inoxidável; Requisito: resistente a temperatura de 160° C; Dimensões: comprimento 20cm, com variação de +/- 0,5cm. MARCA/FABRICANTE: SOLATIX	UND	475	1,55	736,25
14	COLHER - Material corpo: polipropileno; material cabo: polipropileno; Comprimento: 20 cm. MARCA/FABRICANTE: WEMIX	UND	201	2,61	524,61
15	COLHER - Material corpo: aço inoxidável; material cabo: aço inoxidável; Aplicação: sobremesa; Comprimento: 15 cm. MARCA/FABRICANTE: BARICHELO	UND	313	1,87	585,31
16	CONCHA - Material corpo: alumínio polido; material cabo: alumínio polido; Comprimento: 30 cm; Capacidade: 500 ml. MARCA/FABRICANTE: MIX	UND	06	12,00	72,00
17	ESCORREDOR LOUÇA - Material: aço inoxidável; Capacidade: 20 pratos; Características adicionais: compartimento talheres, xícaras, copos	UND	31	123,61	3.831,91



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



CLC/PGE
Proc.
n.º00006/PGE/2020
Fls.: ____
Rub.:

	e diversos. MARCA/FABRICANTE: MODINUTTI				
18	ESCORREDOR - Material: alumínio; Diâmetro: 45 cm; Tipo: macarrão; característica adicional: com alças reforçadas; Capacidade: 20 litros. MARCA/FABRICANTE: BILMAR	UND	03	133,94	401,82
19	PEGADOR - Material: aço inoxidável; Medida Aproximada: 23 x1,80cm; Tipo: alimento; Característica: sem emendas ou saliências, servir massas. MARCA/FABRICANTE: KE	UND	06	9,43	56,58
20	PEGADOR - Material: aço inox; Tamanho: médio; Comprimento: 20 cm; Aplicação: Pegador de salada. MARCA/FABRICANTE: KE	UND	09	14,18	127,62
21	ABRIDOR - Material: alumínio; Tipo: manual; Requisito: lata/garrafa; Requisito da embalagem: lacrada. MARCA/FABRICANTE: KE	UND	16	6,06	96,96
22	TÁBUA DE COZINHA - Uso: corte de alimentos; Material: polietileno; Formato: retangular; Medida: 30 x 50 cm (L x C); Espessura mínima: 1 cm. MARCA/FABRICANTE: MALTA	UND	31	50,14	1.554,34
VALOR TOTAL DO LOTE			R\$ 35.698,96		
LOTE 04					
Item	Especificações	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	BANDEJA - Tipo: retangular; Material: aço inox; Requisito: retangular; Medida: 43 cm x 33,5 cm. MARCA/FABRICANTE: KE	UND	216	65,37	14.119,92
02	BANDEJA - Tipo: retangular; Material: aço inox; Requisito: retangular; Medida: 30 cm x 20 cm. MARCA/FABRICANTE: KE	UND	176	22,42	3.945,92
03	BANDEJA - Tipo: retangular; Material: Acrílico; Requisito: retangular; Medida: 38 cm x 27 cm.	UND	164	29,83	4.892,12



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



CLC/PGE
Proc.
n.º00006/PGE/2020
Fls.: ____
Rub.:

	MARCA/FABRICANTE: KE				
04	BANDEJA METÁLICA - Material: aço inoxidável; Acabamento superficial: polido; Diâmetro: 40 cm; Formato: redondo; característica adicional: com alça. MARCA/FABRICANTE: ETILUX	UND	53	79,19	4.197,07
05	TRAVESSA - Material: vidro; Formato: retangular; Dimensões: 25 x 40 x 7 cm. MARCA/FABRICANTE: MARINEX	UND	85	35,32	3.002,20
06	TRAVESSA - Material: aço inox; Formato: elíptico; Diâmetro: 36 cm. MARCA/FABRICANTE: ETILUX	UND	85	17,63	1.498,55
07	ASSADEIRA - Material: alumínio; Dimensões: 20 x 30 x 5 cm; Formato: retangular. MARCA/FABRICANTE: BILMAR	UND	19	23,55	447,45
08	ASSADEIRA - Material: vidro refratário; Capacidade: 5 litros; Dimensões: 404 x 249 x 70 mm. MARCA/FABRICANTE: MARINEX	UND	27	44,55	1.202,85
VALOR TOTAL DO LOTE			R\$ 33.306,08		
LOTE 05					
Item	Especificações	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	PANELA - Tipo: caldeirão; Material: alumínio fosco; Capacidade em Litro: 12; Tampa: fosco; Espessura mínima: 0,4 mm; Uso: industrial. MARCA/FABRICANTE: BILMAR	UND	90	115,00	10.350,00
02	FRIGIDEIRA - Material: alumínio; Diâmetro: 21 cm; Características adicionais: com peneira. MARCA/FABRICANTE: BILMAR	UND	06	84,34	506,04
03	FRIGIDEIRA - Material: alumínio; Diâmetro: 21 cm; Características adicionais: sem tampa, cabo em madeira revestido com baquelita. MARCA/FABRICANTE: BILMAR	UND	31	41,66	1.291,46
04	CALDEIRÃO - Material: alumínio; Tipo:	UND	12	147,63	1.771,56



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



CLC/PGE
Proc.
n.º00006/PGE/2020
Fls.: ____
Rub.:

	hotel; Acabamento: fosco; Capacidade: 28 litros; Características adicionais: alto, sem orla, com alças reforçadas e tampa de alumínio. MARCA/FABRICANTE: BILMAR				
05	PANELA - Material: alumínio polido; Características adicionais: tampa em alumínio polido, alça em baquelite; Diâmetro: 20 cm. MARCA/FABRICANTE: BILMAR	UND	21	140,61	2.952,81
06	CAÇAROLA - Material: alumínio; Acabamento: fosco; Capacidade: 31 litros; Características adicionais: com alça e tampa em alumínio. MARCA/FABRICANTE: BILMAR	UND	06	349,17	2.095,02
07	CAÇAROLA - Material: alumínio; Acabamento: fosco; Capacidade: 8 litros; Características adicionais: com alça e tampa em alumínio. MARCA/FABRICANTE: BILMAR	UND	21	114,26	2.399,46
08	PANELA PRESSÃO - Material: alumínio polido; Capacidade: 4,5 litros; Sistema de segurança: válvula segurança; Características adicionais: tampa com sistema de fechamento externo. MARCA/FABRICANTE: BILMAR	UND	19	97,81	1.858,39
09	PANELA PRESSÃO - Material: alumínio polido; Capacidade: 15 litros; Sistema de segurança: válvula segurança; Características adicionais: tampa com sistema de fechamento externo. MARCA/FABRICANTE: EIRILAR	UND	08	278,66	2.229,28
10	PANELA PRESSÃO - Material: alumínio polido; Capacidade: 20 litros; Sistema de segurança: válvula segurança; Características adicionais: tampa com sistema de fechamento externo. MARCA/FABRICANTE: EIRILAR	UND	02	541,50	1.083,00
11	PANELA - Material: alumínio polido; Capacidade: 41 litros; Tipo: Caçarola alta; Características adicionais: tampa e alças em alumínio; Diâmetro: 37 a 39	UND	02	290,90	581,80



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



CLC/PGE
Proc.
n.º00006/PGE/2020
Fls.: ____
Rub.:

	cm; Profundidade: 30 a 32 cm; Acabamento: fosco. MARCA/FABRICANTE: BILMAR				
12	CONJUNTO DE PANELAS - Material: alumínio; Tipo: conjunto c/ 6 peças; Contendo: Caçarola com cabo n.º 16, Caçarola com cabo n.º 18, Caçarola com asa n.º 18, Frigideira n.º 18, Fervedor n.º 14, Panela de Pressão 4,5 Litros. MARCA/FABRICANTE: BILMAR	UND	04	452,46	1.809,84
13	PANELA - Tipo: caldeirão; Material: alumínio polido; Capacidade em Litro: 20; Tampa: alumínio polido; Espessura mínima: 2,00 mm; Uso: industrial; Alças: alumínio fundido. MARCA/FABRICANTE: BILMAR	UND	10	201,60	2.016,00
VALOR TOTAL DO LOTE			R\$ 30.944,66		

2.2. O fornecedor classificado é o seguinte:

1º Classificada – Empresa detentora da ARP		
Razão Social: N. T. LUIZE EIRELI - EPP		CNPJ:93.577.427/0001-38
Endereço: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 570 - Centro		
Cidade:São Sebastião do Caí	UF:RS	CEP:95.760-000
Telefone: (51) 3637-2091		
Endereço Eletrônico: doc.eletronicos@passarelafeliz.com.br		
Representante: Nathan Torres Luize		
RG n.º/Órgão Expedidor/UF:6109083383/SJS		CPF n.º:010.338.890-75

2.3. Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o objeto registrado nesta Ata pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, esta integrará o **Cadastro Reserva**, consoante os incisos I e III, §2º do art.13 do Decreto Estadual n.º 3.182/2016, no Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA (Decreto n.º 3.313/2016).

2.4. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, salvo o disposto nos artigos 19 a 21 do Decreto Estadual n.º 3.182 /2016.

2.5. Aceitaram a fornecer o objeto registrado nesta Ata pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, os seguintes fornecedores:



Ordem de Classificação	Empresa	Item	Quantidade registrada	VALOR EXPRESSO EM R\$	
				UNITÁRIO	TOTAL
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-

(...)

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.
- 3.2. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II do art.65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art.65 da Lei n.º 8.666/93.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 4.1. O órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços será a Procuradoria-Geral do Estado, que exercerá suas atribuições por intermédio da Central de Licitações e Contratos – Coordenadoria de Sistema de Registro de Preços.
- 4.2. São participantes os seguintes órgãos e entidades:
- 4.2.1. Instituto de Terras do Amapá – AMAPATERRAS;
 - 4.2.2. Corpo de Bombeiros do Estado do Amapá – CBMAP;
 - 4.2.3. Controladoria Geral do Estado do Amapá – CGE;
 - 4.2.4. Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do Amapá – DGPC;
 - 4.2.5. Gabinete do Governador do Estado do Amapá – GABGOV;
 - 4.2.6. Procuradoria Geral do Estado do Amapá – PGE;
 - 4.2.7. Polícia Militar do Estado do Amapá – PMAP;
 - 4.2.8. Polícia Técnico-Científica do Estado do Amapá – POLITEC;
 - 4.2.9. Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP;
 - 4.2.10. Secretaria de Estado da Administração do Amapá – SEAD;
 - 4.2.11. Secretaria de Estado da Fazenda do Amapá – SEFAZ;
 - 4.2.12. Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá – SEJUSP;
 - 4.2.13. Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá – SEMA;
 - 4.2.14. Secretaria de Estado do Desporto e Lazer do Amapá – SEDEL;
 - 4.2.15. Secretaria de Estado da Infraestrutura do Amapá – SEINF;
 - 4.2.16. Secretaria de Estado do Trabalho do Amapá – SETE;
 - 4.2.17. Gabinete do Vice-Governador do Amapá – VICE-GOV.

5. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. Nos termos do art. 24 do Decreto n.º 3.182/2016, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.



5.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3. O quantitativo decorrente das aquisições ou contratações adicionais não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Central de Licitações e Contratos – CLC/PGE e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.4. De acordo com o art. 24, § 5º do Decreto Estadual n.º 3.182/2006, após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. O Órgão Gerenciador, além dos incisos consignados no art.5º do Decreto Estadual n.º 3.182/2016, obriga-se a:

6.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços - ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do detentor da Ata, o preço, e as especificações do objeto registrado, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

6.1.2. Observar para que, durante a vigência da presente ARP, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

6.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

6.1.4. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na Ata;

6.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na ARP;

7. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES PARTICIPANTES

7.1. Cabe aos órgãos e as entidades participantes, além dos incisos consignados no art.7º do Decreto Estadual n.º 3.182/2016, o que se segue:

7.1.1. Deverão tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços – ARP, inclusive de eventuais alterações para o correto cumprimento de suas disposições;

7.1.2. Designar o gestor do contrato, a quem compete zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas, inclusive pela solicitação de aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, aos fornecedores e aos prestadores de serviço;

7.1.3. Promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação dos beneficiários, os quantitativos disponíveis e os preços a serem praticados;

7.1.4. Informar ao órgão gerenciador a eventual recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas no edital e firmadas na Ata de Registro de Preços - ARP, as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens licitados, bem como a recusa em assinar o contrato para fornecimento de bem ou prestação de serviços e;

7.1.5. Aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações



contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP

8.1. A Adjudicada detentora da ARP, além das disposições contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital, obriga-se a:

8.1.1. Providenciar a atualização imediata dos números de telefone e fax, bem como o endereço de e-mail sempre que houver alterações destes;

8.1.2. Indicar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, um novo preposto, por intermédio de carta endereçada a esta Central de Licitações, nas ocasiões em que houver a substituição daquele anteriormente indicado na proposta definitiva de preços (Anexo II do Edital);

8.1.3. Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, quanto à aceitação ou não da execução dos serviços a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a Ata, conforme **item 5.1**.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Com fundamento no Art. 7º da Lei n.º 10.520/2002 e Art. 29 do Decreto Estadual n.º 2.648/2007, **ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Amapá** e será descredenciada do cadastro de fornecedores, pelo **prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo demais cominações legais, a CONTRATADA que:

- a) Não mantiver a proposta;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documentação falsa;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) Fornecer material que não atenda à especificação exigida no edital;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Fizer declaração falsa;
- h) Cometer fraude fiscal.

9.2. Para os fins da alínea “h”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos Arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, **inexecução parcial ou inexecução total das obrigações**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

c) Multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto e pela recusa em retirar a Nota de Empenho, recolhida no prazo máximo de 15



(quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente, e sem prejuízo da aplicação de outras sanções legalmente previstas;

d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual da alínea anterior, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

e) **Suspensão temporária de participar em licitação**, pelo prazo de até **02 (dois) anos**, em relação ao órgão da administração ou entidade Contratante que a aplicou;

f) Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amapá com o consequente descredenciamento do Cadastro Central de Fornecedores do Estado do Amapá, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

g) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

9.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5. As sanções previstas nas alíneas "a", "e" e "f" do item 9.3 desta Seção poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

9.5.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do infrator, o Estado do Amapá ou a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.6. **A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste instrumento realizar-se-á mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa**, observando-se o rito previsto na Lei nº12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e, subsidiariamente, o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 9.784/1999.

9.7. A competência para processamento das penalidades, antes da homologação da Licitação, é da Central de Licitações e Contratos. Após, a responsabilidade será do respectivo órgão Contratante.

9.8. Em atenção ao princípio da proporcionalidade, na estipulação das sanções, a autoridade competente deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

9.9. A CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo à eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no Art. 45 da Lei nº 9.784/1999.

9.10. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

9.11. Aplicada à penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas



condições deste Edital, a licitante será notificada para efetuar o recolhimento do seu valor, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação.

9.12. Se, durante o processo de aplicação de sanção, houver indícios de prática de ato ilícito tipificado pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.14. As situações dispostas no art. 78 da Lei 8.666/1993 poderão ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

10.1. O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

10.1.1. Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Não retirar a Nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

10.1.3. Não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese deste se apresentar superior aos praticados no mercado;

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;

10.1.5. Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

10.1.6. A pedido do detentor da Ata, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

11. DA PUBLICIDADE

11.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no órgão da Imprensa Oficial do Estado, conforme o disposto no § 3º do art. 13 do Decreto Estadual n.º 3.182/2016.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 019/2021-CLC/PGE** e as propostas, com preços, quantidades e especificações;

12.2. As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.3. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Macapá, Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.4. Na contagem de todos os prazos estabelecidos nesta Ata excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



CLC/PGE
Proc.
n.º00006/PGE/2020
Fls.: ____
Rub.:

12.5. Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente administrativo.

12.6. Se o vencimento cair em dia que não houver expediente administrativo, os prazos de que trata o subitem **12.4.** serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Macapá-AP, 17 de maio de 2021.

Procuradoria-Geral do Estado

Nathan Torres Luize

CPF n.º 010.338.890-75

Representante Legal da Beneficiária da ARP

N.T. LUIZE EIRELI - EPP

CNPJ: 93.577.427/0001-38